

SINALIZAÇÃO TURÍSTICA: UMA PROPOSTA DE USO TURÍSTICO PARA A SERRA DO TEPEQUÉM

Leila Marcia Ghedin¹
Carla Duarte Sevalho²
Tainah da Silva Level³
Janaina Bezerra do Nascimento⁴

Resumo

A sinalização turística, componente de infraestrutura turística, oferece facilidade de orientação aos visitantes para se direcionarem com segurança aos destinos pretendidos e contribui para o planejamento e a melhoria do desenvolvimento turístico da localidade, além de valorizar o patrimônio natural e cultural da região. Com o aumento da procura dos atrativos da Serra do Tepequém, localizada no município do Amajari, a 213 quilômetros da capital do estado de Roraima, Boa Vista, tornou-se necessário promover ações para atender às necessidades da demanda turística e da comunidade, principalmente no que se refere à infraestrutura. Dessa forma, propôs-se o planejamento da implantação de sinalização turística na Serra do Tepequém, de acordo com os objetivos e princípios básicos do Guia Brasileiro de Sinalização Turística, visando o desenvolvimento sustentável da região. O método determinado para orientação geral da pesquisa foi o Estudo de caso. Dentre os resultados obtidos tem-se a elaboração do Plano Funcional de Sinalização Turística da Serra do Tepequém.

Palavras-chave: Turismo; Infraestrutura turística; Sinalização Turística.

¹ Mestre em Planejamento Turístico, Especialista no Uso dos Recursos Naturais; Licenciada em Pedagogia; Professora de Cursos Superior e Técnico em Turismo do IFRR, Líder do Grupo de Pesquisa GEPTTEC. E-mail: leilaghedin@ifrr.edu.br.

² Tecnóloga em Gestão de Turismo; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEPTTEC; IFRR-Boa Vista – Roraima - Brasil

³ Tecnóloga em Gestão de Turismo; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEPTTEC; IFRR-Boa Vista Roraima-Brasil

⁴ Tecnóloga em Gestão de Turismo; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEPTTEC; IFRR-BOA VISTA-RORAIMA –Brasil

1 Introdução

Possuidor de grande potencial turístico devido à sua extensa área natural e vasta diversidade étnica e cultural, o estado de Roraima, localizado no Extremo Norte do Brasil, apresenta atrativos suficientes para o desenvolvimento de atividades turísticas. Dentre tais atrativos, destaca-se a Serra do Tepequém, no município de Amajari, a 213 quilômetros da capital do Estado, Boa Vista. A Serra, um lugar rico em belezas naturais exóticas, foi palco da grande exploração de diamante entre os anos 1930 e 1980, atraindo centenas de imigrantes de todas as regiões do Brasil, principalmente nordestinos e estrangeiros dos países vizinhos, Guiana e Venezuela.

Com a proibição do garimpo, a comunidade encontrou no turismo uma alternativa sustentável para o incremento da economia local, considerando que o turismo devidamente gerenciado serve como base para a proteção dos atrativos, preservação da cultura e desenvolvimento econômico, político e social da localidade receptora.

Devido a má condição da única via de acesso a Serra, a RR-203, suas visitas eram limitadas às pessoas com interesse científico, eco turístico e de aventura. Porém, com o asfaltamento realizado no ano de 2008, houve aumento significativo do número de turistas na Serra do Tepequém, tornando necessários estudos e ações para que a atividade turística, de fato, se desenvolva de acordo com os princípios da sustentabilidade e para que esta possa vir satisfazer tanto a comunidade quanto aos turistas.

O sistema viário e de transportes são de grande importância para o desenvolvimento econômico de uma localidade, pois promovem a expansão e o desenvolvimento do turismo. A sinalização turística, ferramenta desse sistema, oferece facilidade de orientação aos visitantes para se direcionarem com segurança aos destinos pretendidos, contribuindo com o planejamento e a melhoria da prática do turismo, além de valorizar o patrimônio natural e cultural da região.

Diante da problemática “como implantar a Sinalização Turística na Serra do Tepequém, visando o planejamento e o desenvolvimento sustentável da atividade turística local?”, propôs-se a elaboração do Plano Funcional de Sinalização Turística na Serra do Tepequém, de acordo com os objetivos e princípios básicos do Guia Brasileiro de Sinalização Turística, visando o desenvolvimento sustentável da região.

Contudo, neste trabalho foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental, descritiva e de campo para a elaboração o Plano Funcional de Sinalização Turística da Serra do Tepequém, o objetivo determinado.

2 Turismo e sustentabilidade

Tratando-se de desenvolvimento sustentável, depara-se com muitos conceitos, os quais todos enfatizam seu principal objetivo, o de satisfazer vontades humanas, e que em sua essência é:

Um processo de transformações no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas, sendo regido pelos seguintes princípios: econômico, social, ambiental, cultural e político (CMMAD⁵, 1991, p. 49)

Ressalta-se que desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, é um processo em que são geridas, de modo coerente, as necessidades presentes e futuras.

Com a intensa degradação do meio ambiente, profissionais de diversas áreas preocupados com a atual situação propuseram-se a modificar visões distorcidas ligadas a práticas de atividades turísticas, estudando e trabalhando o turismo sustentável como alternativa de promover melhorias. O turismo sustentável, de acordo com o Manual de Municipalização do Turismo (2001), “supervisiona, avalia e gere impactos que tem sobre o ambiente, desenvolve métodos confiáveis para definir responsabilidades e combater quaisquer efeitos negativos”.

Como defende Ruschmann (1997) o turismo serve como base para a proteção da atratividade das destinações pela preservação do meio ambiente e se empreendido por órgãos governamentais e empresas privadas o seu desenvolvimento pode ampliar o ciclo de vida das destinações e dos equipamentos turísticos.

Segundo Ghedin (2006), o desenvolvimento sustentável dos atrativos turísticos deve ocorrer em etapas e, por causa de sua diversidade, permite a sua implantação de

⁵ CMMAD: Comissão Mundial o sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

forma gradual com o intuito de favorecer o acompanhamento e o controle de sua evolução. Deve-se adotar uma postura responsável para a integridade do meio ambiente, uma vez que o desenvolvimento do turismo consolidar-se-á com a lucratividade adequada dos investimentos realizados em uma localidade.

3 Planejamento turístico

Para a conquista do sucesso de determinado objetivo é necessário utilizar o planejamento para que possíveis transtornos ou resultados indesejados sejam evitados. De acordo com Petrocchi (1998, p. 19) “planejamento consiste na definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”. Assim, para que a prática do turismo seja sustentável, é necessário um planejamento turístico eficaz, que seja capaz de minimizar os impactos negativos causados pela ação do homem na natureza. De acordo com Ruschmann (1997, p. 87):

Planejar, desenvolver os espaços e as atividades que atendam aos anseios das populações locais e dos turistas constitui a meta dos poderes públicos que, para implantá-los, vêem-se diante de dois objetivos conflitantes: o primeiro, que é o de prover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possível, contrapõe-se ao segundo, de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades.

Diante do pensamento de Ruschmann percebem-se as diversas situações que comprovam a necessidade de agregar ao turismo um bom planejamento. Para Ghedin (2006, p. 54) “o planejamento deve ser integrador, englobando todos os aspectos de uma sociedade, tais como: culturais, sociais, psicológicos, políticos legais, ecológicas e econômicas”. Pois são estes os fatores que regem o nível e o modo de vida da sociedade.

De acordo com Angeli (1996, p. 63) “o planejamento de turismo pode se dividir em vários níveis, obedecendo a um critério de complexidade crescente”. São eles:

1. Planejamento de primeiro nível – eventos, excursões, viagens.
2. Planejamento de segundo nível – transformação de cidades em núcleos turísticos; ativação de núcleos turísticos

preexistentes; criação de complexos ou cidades turísticas (construção de equipamentos turísticos).

3. Planejamento de terceiro nível – políticas nacionais para incentivar a atividade turística no país e organizá-la, abrangendo os outros dois níveis.

Agregado ao anteriormente citado observa-se que todo planejamento sustenta-se na concretização de objetivos, o planejamento turístico não é diferente, também é sustentado pela realização de objetivos básicos que podem determinar seu desenvolvimento.

4 Planejamento da infraestrutura turística

Ao referir-se à infraestrutura turística é necessário diferenciá-la da infraestrutura básica urbana. De acordo com Beni (2002), a primeira dá-se devido ao fluxo turístico na localidade em questão, a fim de facilitar a prática do turismo (sinalização turística, por exemplo); e a segunda, trata-se de investimento público básico, fundamental para a qualidade de vida de todo e qualquer cidadão: rede viária e de transporte, sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de captação de esgotos e outros.

Para Angeli (1996, p. 51-2) a infraestrutura turística é especificamente:

[...] conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenômeno turístico. A infra-estrutura turística de um núcleo abrange a infraestrutura de acesso, a infra-estrutura básica urbana, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos.

De acordo com Angeli (1996), caracteriza-se infraestrutura de acesso os meios que permitem o acesso ao destino pretendido, infraestrutura básica urbana todo e qualquer objeto necessário para a seguridade da qualidade de vida do cidadão. Os equipamentos turísticos são as instalações quase exclusivamente construídas para o turismo e compreendem-se equipamentos de apoio as instalações que existem para atender outras necessidades da sociedade e são de muita utilidade.

E ainda segundo Angeli (2006), entende-se como serviços turísticos os guias, hospedagem, transporte, recreação, e serviços de apoio, os desempenhos que se

direcionam a sociedade de forma geral, como bombeiros, telefones, serviço mecânico e de socorro. Os recursos turísticos são as matérias-primas com as quais se planeja as atividades turísticas, dividem-se em naturais e culturais, por exemplo, litoral e museus.

As infraestruturas básica e turística são elementos que influenciam diretamente o desenvolvimento turístico de uma localidade receptora, e seu planejamento deve ocorrer em função da melhoria organizacional de seus espaços. O planejamento da infraestrutura turística pode partir da iniciativa da comunidade e dos profissionais de turismo, mas deve, principalmente, ser compreendida em ações do poder público.

Contudo, a iniciativa da comunidade e dos profissionais de turismo é primordial para o desenvolvimento deste. Porém, se isolado, não há garantia de ascensão, uma vez que estes dependem de incentivos governamentais de apoio ao turismo, conquistados através de políticas públicas.

5 Sinalização turística

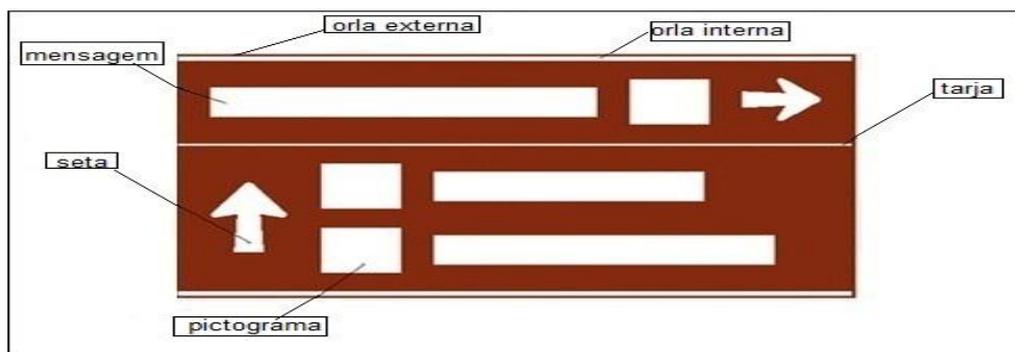
Segundo o Guia de Sinais e Símbolos (2003, p. 11), ideias podem ser amplamente compreendidas se forem simples e atenderem às necessidades universais por meio da representação de signos e símbolos, estes facilitam e asseguram a velocidade de transferências de mensagens para a maioria das pessoas.

A Sinalização compromete-se com certos fatores indubitáveis:

Ocorre por meio de placas, deve se dar da forma mais abrangente possível e estar em total conformidade com os demais sistemas de circulação e sinalização viária local. Deve ainda ser integrada aos espaços urbano e rural de forma harmônica, com o mínimo de interferência sobre o meio, compondo com o ambiente de modo a não causar impactos indesejáveis, nem tornar-se obstáculo de qualquer natureza, especialmente os visuais e os relacionados à livre circulação de pedestres e veículos" (GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, 2001, p. 14).

As placas abordadas pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística - GBST (2001, p. 48) são compostas por elementos fixos e variáveis e devem conter orlas interna e externa, tarja, seta e pictograma, seguindo o modelo padrão:

Figura 01: Elementos de composição da placa



Fonte: Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2001)

De acordo com Beni (2002), com o início da viagem em massa, a sinalização turística, componente da infraestrutura turística, surgiu em muitos lugares ao mesmo tempo - assim como a classificação de estradas e instalações turísticas, como hotéis, restaurantes, pousadas, etc. - como ferramenta que auxilia na orientação dos visitantes e exerce função fundamental para a organização da localidade receptora. O GBST (2001, p. 20) define sinalização turística como:

Comunicação efetuada por meio de um conjunto de placas de sinalização, implantada sucessivamente ao longo de um trajeto estabelecido, com mensagens escritas ordenadas, pictogramas e setas direcionais. Esse conjunto é utilizado para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido.

A Sinalização Turística não desvaloriza o atrativo turístico ou deprecia seu prestígio ou natureza de caráter exclusivo, ela objetiva inseri-lo em um sistema universal de comunicação e permitir uma tradução em linguagem que pode ser entendida pela maioria das pessoas, como defende o GBST.

O GBST (2001) expõe que o deslocamento do turista a um determinado espaço desconhecido requer atendimento específico devido à perda de referências, às quais está familiarizado em seus deslocamentos cotidianos. Os signos e símbolos facilitam e asseguram a velocidade de transferências de mensagens importantes para a segurança e o conforto do visitante, tornando a viagem mais gratificante.

A importância da implantação da sinalização de orientação turística é evidenciada pelo GBST (2001), como forma de proporcionar informações, contribuir de maneira fundamental para a difusão do conhecimento dos atrativos e para o desenvolvimento da atividade turística, potencializando a geração de empregos e divisas, além de permitir a democratização do acesso ao bem cultural e sua consequente valorização pela comunidade à qual pertence.

De acordo com o GBST (2001, p. 16), a Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito e, desse modo, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais para garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 01:Princípios e Objetivos da Sinalização Turística

Princípio	Objetivo
Legalidade	Cumprir o estabelecimento no Código de Trânsito Brasileiro CTB e nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.
	Cumprir a legislação de preservação de sítios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional - IPHAN e protegidos pela Lei de Arqueologia.
Padronização	Seguir um padrão preestabelecido quanto a: formas e cores dos sinais; letras, tarjas, setas e pictogramas; aplicação - situações idênticas sinalizadas da mesma forma; colocação na via ou nas localidades.
Visibilidade	Ser visualizada e lida a uma distância que permita segurança e tempo hábil para a tomada de decisão, de forma a evitar hesitação e manobras bruscas.
	Selecionar trajetos de fácil compreensão para os usuários, com o objetivo de valorizar os aspectos de interesse cultural e turístico, levando em conta a segurança do trânsito.
	Garantir a integridade dos monumentos destacados e impedir que a sinalização interfira em sua visualização.
	Resguardar as peculiaridades dos sítios.

Suficiência	Oferecer as mensagens necessárias a fim de atender aos deslocamentos dos usuários.
	Auxiliar a adaptação dos usuários às diversas situações diárias.
Continuidade e Coerência	Assegurar a continuidade das mensagens até atingir o destino pretendido, mantendo coerência nas informações.
	Ordenar a cadência das mensagens, para garantir precisão e confiabilidade.
Atualidade e Valorização	Acompanhar a dinâmica dos meios urbano e rural, adequando a sinalização a cada nova realidade.
	Assegurar a valorização da sinalização, mantendo-a atualizada e evitando gerar desinformações sucessivas.
Manutenção e Conservação	Estar sempre conservada, limpa, bem fixada e, quando for o caso, corretamente iluminada.

Fonte: GBST (2001) - Adaptação própria

A Sinalização Turística está diretamente ligada ao planejamento regional e urbano e, ainda segundo o GBST (2001), o macroplanejamento tem por objetivo interferir no processo de crescimento de uma região ou cidade, sendo a sinalização turística uma importante ferramenta a ser avaliada. O macroplanejamento permite a inserção do plano ou projeto de sinalização turística em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento para o local estabelecido. A sinalização turística deve então ser parte dos programas de turismo referentes à informação, promoção e desenvolvimento regional.

O GBST (2001) apresenta os seguintes tipos de placas de sinalização de orientação turística:

- **Placa de Identificação de Atrativo Turístico:** tem por finalidade indicar aos usuários a localização dos destinos procurados.
- **Placa Indicativa de Direção:** garante orientação aos destinos pretendidos, subdivididos em quatro tipos de placas com setas direcionais.

- **Placa Indicativa de Distância:** indica distâncias até os atrativos turísticos situados na diretriz da via sinalizada, tem como função confirmar os trajetos dos fluxos de passagem e novos fluxos veiculares oriundos de outras vias.
- **Placa Interpretativa:** objetiva destacar e disseminar informações e tentar mudar comportamentos, ser atraentes e planejadas para durar, com estrutura consistente e conteúdo preciso.

No planejamento da sinalização turística é realizada a escolha do tipo de placa a ser implantada, cada qual deve apresentar certas características específicas, tais como mostram as figuras a seguir:

Figura 02: Placa de Identificação de Atrativo Turístico



Fonte: Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2001)

Figura 03: Placa Indicativa de Sentido



Fonte: Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2001)

Sinalização turística: uma proposta de uso turístico para a serra do Tepequém

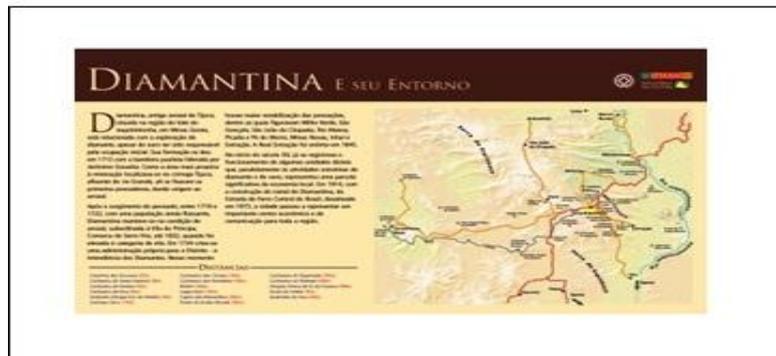
Leila Marcia Ghedin; Carla Duarte Sevalho; Tainah da Silva Level; Janaina Bezerra do Nascimento

Figura 04: Placa Indicativa de Distância



Fonte: Guia Brasileiro de Sinalização Turística - 2001

Figura 05: Placa Interpretativa



Fonte: Guia Brasileiro de Sinalização Turística - 2001

As placas de identificação de atrativo, indicativa de sentido e de distância assemelham-se por possuírem cores iguais, sendo obrigatoriamente marrom (Pantone 4695), branca e preta. Diante disso, de acordo com o GBST (2001, p. 57, 112 e 113):

As placas de identificação de atrativo turístico possuem forma quadrada (1,0m x 1,0m), as de indicativas de distância e de sentido devem ter forma retangular com lado maior na horizontal e as placas interpretativas devem conter 125 cm x 70cm quando planificada ou 80cm x 60cm, se instalada em área de pouca circulação, obedecendo aos critérios de acessibilidade distinguindo-se das demais por apresentar na área de informação com bege (Pantone 155).

Segundo o Guia Brasileiro de sinalização Turística, para a implantação de sinalização turística numa localidade, é necessário iniciar este processo pela elaboração

do Plano Funcional (em anexo). De acordo com o GBST (2001), o Plano Funcional de Sinalização Turística indica por onde são feitos os acessos aos atrativos turísticos, por onde são feitos os deslocamentos de interrelação com demais atrativos ou outras áreas de interesse, indica também de onde os atrativos de maior abrangência são sinalizados e a partir de onde os demais referenciais são sinalizados e por onde são sinalizadas as saídas.

O esquema do Plano Funcional define-se em função da marcação de referenciais nas principais vias do Sistema Viário de Acesso, composto por *links* e nós. Segundo o Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2001, p. 36), *link* e nó definem-se:

Entende-se *link* como o trecho de via definido entre a interseção de duas ou mais vias de acesso selecionadas, configurando nó de referência. O nó é o ponto de referência para distribuição dos fluxos de veículos e pedestres, podendo englobar uma ou mais interseções viárias.

Como visto, o Plano Funcional de Sinalização Turística nada mais é que a base para o Plano Executor de Sinalização Turística, pois nele consta a localização dos elementos necessários a serem sinalizados, bem como as vias que dão acesso a eles.

6 Serra do tepequém

No Estado de Roraima, especificamente no município do Amajari, a 213 quilômetros da capital Boa Vista, encontra-se a Serra do Tepequém. Na década de 1930 apareceram os primeiros habitantes da Serra. Eram garimpeiros sonhadores que se deslocaram de seus lugares de origem em busca de ouro e diamante. Mas, em 1985, por Decreto de Lei Federal foi proibido o garimpo de qualquer espécie em Roraima, em virtude dos danos irreparáveis que a mineração causa na natureza; entretanto, a lei não estava sendo cumprida pelas grandes empresas mineradoras. Por essa razão e pelas dificuldades enfrentadas pela população local de cultura puramente garimpeira, o Congresso Nacional aprovou, no ano de 2001, uma lei complementar que autorizou aos residentes o garimpo manual, que causa danos mínimos ao meio ambiente.

Os atrativos naturais presentes na Serra do Tepequém são compostos pelas cachoeiras do Paiva, Barata, Funil, Cabo Sobral e Miudinho, Paredão do Tilim, Igarapé do Paiva, Platô, Laje Verde, Laje Preta, Enseada da Anta, Mirante do Paiva, Caminho

da Pedra Sabão, grutas e, como atrativo cultural, a Vila do Cabo Sobral. A localidade possui equipamentos e serviços turísticos e de apoio, como campo de futebol, bares, restaurantes, mercearias, áreas de camping, pousadas, centro de artesanato, serviços de condução local, escola, posto médico, energia, saneamento básico, telefone público.

Dentre os tipos de placas de sinalização de orientação turística – placa de identificação de atrativo turístico, placa indicativa de direção, placa indicativa de distância e placa interpretativa - foi decidido junto à comunidade da Serra a não utilização de placas indicativa de direção e de distância, pois consideram que prejudicaria os serviços de condução local.

A sinalização turística, de acordo com o Plano Funcional elaborado, deve iniciar-se na Bifurcação da Vicinal do Trairão, na RR-203, em direção à Serra. A Estância Ecológica do Serviço Social do Comércio - Sesc, as cachoeiras do Paiva, Barata e Funil, o Paredão do Tilim, o Igarapé do Paiva, o Platô, os mirantes da Ladeira da Garrafa e do Paiva e a Vila do Cabo Sobral são os atrativos mais populares entre os visitantes atualmente, e deverão ser sinalizados de acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística. Destaca-se a Vila do Cabo Sobral dos demais elementos a serem sinalizados, por ser o único elemento a constar de placa do tipo interpretativa, além da de identificação.

Os equipamentos e serviços turísticos e de apoio, que também devem seguir o padrão, são 06 (seis) pousadas, 04 (quatro) áreas de camping, 01 (um) centro de artesanato, 03 (três) restaurantes, 01 (um) campo de futebol, 01 (um) pista de pouso, 01 (um) posto médico.

O Plano Funcional (em apêndice), elaborado ao fim da pesquisa em forma de esquema, de acordo com os objetivos e princípios do Guia Brasileiro de Sinalização Turística, consta de todos os pontos diagnosticados necessários de sinalização turística, as vias que lhe dão acesso e os nós existentes na localidade.

7 Considerações finais

A Serra do Tepequém destaca-se por suas verdes paisagens, quedas d'água, plantas e animais exóticos, atraindo cada vez mais visitantes. O lugar que por quase cinco décadas foi palco de máquinas e homens à procura de diamantes, hoje é morada de famílias que participam direta e indiretamente do desenvolvimento do turismo, alternativa sustentável encontrada para geração de renda na localidade.

O interesse da comunidade local em participar das decisões e ações no que se refere à prática do turismo na Serra é elemento essencial para a melhoria na qualidade de seus produtos e serviços, porém, deve-se levar em consideração, também, o apoio do poder público, pois necessidades, projetos e comunidade ativa serão insuficientes se não houver o incentivo governamental, seja de esfera federal, estadual ou municipal.

De fato, a Serra do Tepequém ainda não é um produto turístico consolidado, são necessárias ainda investimentos em infraestrutura básica e turística. Comprovou-se que a sinalização turística é parte dessa necessidade, esta detectada através dos resultados obtidos da aplicação dos questionários aplicados com moradores e turistas e do diagnóstico da localidade. A sinalização turística tem sido uma preocupação recente no planejamento de destinos de todo o mundo. No Brasil, acredita-se que este processo ainda é discreto por ter-se dado somente a partir de 2001, com a produção do Guia Brasileiro de Sinalização Turística, porém de muita importância devido aos benefícios gerados não só ao turista, como também a comunidade.

Foi possível perceber que a Serra do Tepequém apresenta carência quanto à sinalização turística, como as placas improvisadas que identificam as cachoeiras do Paiva e do Barata e as que contém dicas de comportamento ambiental, todas elaboradas pelo Sesc, que trabalha com o turismo na Serra. O Plano Funcional busca sanar esta carência de identificação dos atrativos, de acordo com os princípios contidos no Guia Brasileiro de Sinalização Turística.

Com o desenvolvimento do trabalho foi possível perceber que há preocupação da comunidade com os serviços de condução local em relação à implantação de sinalização turística, o que foi determinante para a definição dos tipos de placas a serem implantadas. A comunidade acredita que as placas indicativas de direção e de distância diminuiriam a contratação de condutores locais e que esta ferramenta poderá ser útil no futuro, quando os visitantes tornarem-se esclarecidos quanto à importância destes profissionais e não mais se aventurarem a descobrir os atrativos da Serra do Tepequém sem segurança.

Muitos são os atrativos naturais na Serra do Tepequém, contudo, a determinação dos atrativos naturais a serem sinalizados foi decidida em comum acordo com o que a comunidade explora turisticamente nos dias de hoje. Considerando que a comunidade pretende agregar mais atrativos a visitação de turistas nos próximos anos,

tonar-se-á necessário para a execução do Plano, a verificação dos atrativos visitados no período referente.

Portanto, é sabido que a sinalização turística não solucionará todos os problemas existentes na Serra do Tepequém quanto à infraestrutura, porém é uma ferramenta que contribuirá para a organização da localidade e para o recebimento de turistas, proporcionando maior segurança e praticidade em suas visitas. Acredita-se ser o Plano Funcional de Sinalização, um elemento necessário para o processo de planejamento da implantação de sinalização turística desta localidade que tanta estima tem pelo turismo.

Referências

ANGELI, Margarita N. Barretto. **Planejamento e organização do turismo**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

BRASIL. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. 2001.

_____. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

GHEDIN, Leila Márcia. **Plan de Gestión Comunitaria del Turismo para La Sierra de Tepequém, município Amajari, estado del Roraima, Brasil**. Dissertação, 2006. Maracaibo (Venezuela): Universidade del Zulia. FAD-LUZ, (não publicado).

_____. **Manual de Municipalização do Turismo**. 2001.

PETROCCI, Mário. **Turismo: Planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

RUSHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a projeção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Sinais e símbolos turístico: Guia Ilustrado e Descritivo**. São Paulo: Roca, 2003.

